

Acta N.º 02/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	227

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**ACTA N.º 02/2011 DE 20 DE JANEIRO**

----- Aos vinte dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e onze, nesta vila, sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a segunda reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presentes os Srs. Vereadores Dr.^a Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Manuel Marques Custódio e Dr.^a Ana Cristina Ribeiro Santos, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- Não compareceu à reunião o vereador em regime de não permanência Sr. Dr. Avantino Loureiro Beleza. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica, Sr.^a Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quinze minutos minutos, e verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo e tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. ----

----- INFORMAÇÕES -----**----- a) Avaria na plataforma do Viseu Digital. -----**

----- O Sr. Vereador Manuel Custódio questionou porque razão, durante vários dias, não houve acesso ao portal da Câmara Municipal nem a correio electrónico. -----

----- O Sr. Presidente informou que houve uma avaria grave na plataforma do Viseu Digital da Agência de Desenvolvimento Lusitânia, estando a situação a ser regularizada. Referiu ainda que apesar do avultado investimento efectuado para montar a rede do Viseu Digital é lamentável verificarem-se situações desta natureza. -----

----- b) Recolha de animais vadios. -----

----- A Sr.^a Vereadora Ana Cristina Santos referiu a necessidade de se promover, através do canil da Associação “O Cantinho dos Animais” existente, a recolha de animais vadios, visto verificar-se haver vários canídeos a deambularem pela vila. -----

----- c) Morosidade dos processos de obras particulares. -----

----- O Sr. Vereador Manuel Custódio referiu que estará a verificar-se alguma morosidade no licenciamento de obras particulares e respectivas emissões de licenças. Deixa esta nota porque foi abordado por um munícipe que manifestou o seu desagrado sobre esta situação em relação a processo entrado na Câmara Municipal. -----

----- O Sr. Presidente informou, no que foi corroborado pela Sr.^a Vereadora Delfina Gomes, que acontece que há projectistas que não apresentam devidamente instruídos os respectivos processos, o que acarreta maior morosidade na tramitação processual e decisão sobre os pedidos de licenciamento. -----

----- **PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”** -----

----- Antes de se iniciar a análise da ordem do dia, o Sr. Presidente propôs a inserção na ordem de trabalhos dos assuntos a seguir indicados, o que foi aceite por unanimidade pela Vereação. -----

----- **a) Abertura de conta bancária específica para operação CENSOS 2011.** -----

----- Foi presente à reunião uma proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 18 de Janeiro de 2011, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) De harmonia com a alínea g), do n.º 4, do art.º 10.º, e n.º 2 do art.º 17.º, ambos do Decreto-Lei n.º 226/2009, de 14 de Setembro, diploma que estabelece as normas a que devem obedecer o XV Recenseamento Geral da População e o V Recenseamento Geral da Habitação (Censos 2011), compete às câmaras municipais proceder ao pagamento das remunerações do pessoal interveniente nos trabalhos de recenseamento, através de uma conta bancária aberta especificamente para este efeito, que servirá exclusivamente para depósito da dotação atribuída à Câmara Municipal pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), I.P., e para pagamento de todas as despesas relativas aos Censos 2011 efectuadas em nome deste Instituto.

b) De harmonia com o ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, “a abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro deste órgão em quem ele delegue”.

Nesta conformidade, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que autorize a abertura de uma conta bancária no Balcão de Vila Nova de Paiva da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) de Vale do Dão e Alto Vouga, com o NIB 0045.3230.40241552153.67, a utilizar específica e exclusivamente para todos os movimentos financeiros referentes à operação Censos 2011.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara e autorizar a utilização nos termos propostos da referida conta específica. -----

----- **b) Inundações na região serrana do Rio de Janeiro, Brasil** - Por circular n.º 11/2011/CO, remetida por e-mail de 18 de Janeiro, a Associação Nacional dos Municípios

Acta N.º 02/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	227

Portugueses (ANMP) vem sugerir aos Municípios a determinação de um dia de luto municipal no próximo dia 21 de Janeiro. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento da circular e solidarizou-se com as populações da região serrana do Rio de Janeiro decorrente da tragédia verificada com as inundações e deliberou por unanimidade determinar um dia de luto municipal no próximo dia 21 de Janeiro, concretizado através do hastear da bandeira municipal a meia haste. -----

----- **c) 13.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) para o ano financeiro de 2010** – Conhecimento do Despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 30.12.2010, de aprovação da alteração. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo Tomou conhecimentos. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se à análise da Ordem do Dia, oportunamente remetida à vereação nos termos legais: -----

----- **1 – Apreciação e votação do texto definitivo da acta da reunião Ordinária do dia 06 de Janeiro de 2011.** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da acta em epígrafe. -----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **Por Empreitada** -----

----- **a) Empreitada de “Construção do Parque Desportivo Municipal de Vila Nova de Paiva”** – Adjudicatário: Embeiral – Engenharia e Construção, S.A – Apreciação e votação do auto de medição N.º 06 de trabalhos normais, no valor, excluído o IVA, de €28.556,60 – Informação N.º A-006/2011 da DOM, de 06.01.2011. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento. -----

----- **b) Execução da Obra de “Beneficiação do Caminho Agrícola do Barreiro (Ligação Alhais/Touro/Póvoa)”** - Proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 13.01.2011, de abertura de concurso público. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 13.01.2011, oportunamente remetida à Vereação, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) É necessário dar início ao procedimento para execução da obra de “Beneficiação do Caminho Agrícola do Barreiro (Ligação Alhais/Touro/Póvoa)”, projecto previsto no código 3/310/2010/33, acção 4 (classificação orçamental 01.02/07.03.03.08) das Grandes Opções do Plano (GOP) aprovadas para o ano de 2011;

b) No Projecto de Execução da obra, elaborado pelos serviços da Divisão de Obras Municipais (DOM) desta Câmara Municipal, o preço base estimado é no montante, excluído o IVA, de € 265.000,00 (duzentos e sessenta cinco mil euros);

c) Face ao referido preço-base, a escolha do procedimento para formação de contrato para execução da obra em regime de empreitada de obra pública recairá na modalidade de Concurso Público como resulta “a contrário” do disposto no art.º 19.º, alínea b), do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro;

d) Compete à Câmara Municipal a decisão de autorização de despesa conforme art.º 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, mantido em vigor pelo art.º 14.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, estando implícita naquela competência a decisão de contratar e a decisão de escolha do procedimento a que se referem os artigos 36.º e 38.º do CCP.

Assim, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 36.º do CCP, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere:

1.º – Aprovar o Projecto da obra de “Beneficiação do Caminho Agrícola do Barreiro (Ligação Alhais/Touro/Póvoa)”, elaborado pelos serviços da Divisão de Obras Municipais (DOM) desta Câmara Municipal;

2.º – Autorizar a contratação da execução da obra em regime de empreitada pública, fixando em € 265.000,00 (duzentos e sessenta cinco mil euros) o preço-base do contrato;

3.º – Autorizar que o procedimento para formação do contrato para execução da obra em regime de empreitada de obra pública recaia na modalidade de Concurso Público nos termos previstos no art.º 130.º e seguintes do CCP, como resulta “a contrário” do art.º 19.º, alínea b), do CCP;

4.º – Aprovar, nos termos da alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do art.º 40.º do CCP, os respectivos Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, os quais constarão do anúncio previsto no n.º 1 do art.º 130.º do CCP a publicar na 2.ª Série do Diário da República, conforme modelo aprovado no “Anexo I” à Portaria n.º 701-A/2008, de 29 de Julho, desenvolvendo-se a tramitação procedimental do concurso na Plataforma Electrónica da Construlink, S.A. utilizada por esta Câmara Municipal;

5.º) Aprovar a constituição do seguinte Júri do Procedimento, nos termos e para os efeitos dos artigos 67.º a 69.º do CCP:

– Presidente: Eng. Jorge Augusto Correia Brás, Chefe da Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal;

Acta N.º 02/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	227

– *Vogais efectivos: Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças da Câmara Municipal, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, e Eng. Armindo Marques Almofala, Técnico Superior da Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal;*

– *Vogais suplentes: João Paulo Figueiredo Mendes, Assistente Técnico da Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal, e Cidália Loureiro Morais, Assistente Técnica da Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal.”*

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe e documentos anexos à mesma, para execução da obra de Beneficiação do Caminho Agrícola do Barreiro (Ligação Alhais/Touro/Póvoa), para um prazo de execução previsto de noventa dias. -----

----- **OBRAS PARTICULARES** -----

----- **Licenciamento de Obras Particulares** -----

----- **a) Licenciamento de Obras Particulares no âmbito de competência delegada e subdelegada** no período compreendido entre o dia 15 de Dezembro de 2010 e o dia 13 de Janeiro de 2011. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **b) Jorge Marques Tomás** – Por requerimento registado em 03.01.2011, solicita parecer para a constituição de compropriedade dos prédios rústicos inscritos na matriz predial de Pendilhe sob os artigos n.ºs 361, sito ao Lugar de Castelinho, 2148, sito ao Lugar de Barreiro, 3897 e 3900, sitos ao Lugar de Lapa, 4162, 4174 e 4847, sitos ao Lugar de Outeirão, 5263, sito ao Lugar de Cerdeirinha, 6193, sito ao Lugar de Chão de Burro, 8854, sito ao lugar de Carvalhal Redondo, e 5334, sito ao Lugar de Permoiro, da Freguesia de Pendilhe – Pareceres Técnicos JF-021/2011, a JF-031/2011, da Divisão de Urbanismo e Ambiente datados de 13.01.2011. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade parecer favorável à constituição de compropriedade dos prédios em epígrafe. -----

----- **c) Rosa Maria Afonso Mota Quintas** – Por requerimento registado em 17 de Dezembro de 2010, solicita parecer para a constituição de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz predial de Alhais, sob o artigo n.º 5084, sito ao Lugar de Ponte de Terrões, na Freguesia da Alhais – Parecer Técnico N.º JF/436/2010, de 27.12.2010. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio em epígrafe. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Transferencia para as Juntas de Freguesia das Gratificações dos Membros das Mesas Eleitorais** designados para a Eleição do Presidente da República – Ratificação do Despacho Sr. Presidente da Câmara, datada de 13.01.2011. -----

----- Foi presente à reunião o Despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 13 de Janeiro de 2011, do seguinte teor integral:

“De harmonia com o art.º 9.º da Lei n.º 22/99, de 21 de Abril, aos membros das mesas eleitorais é atribuída uma gratificação cujo montante é igual ao valor das senhas de presença auferidas pelos membros das assembleias municipais dos municípios com 40 000 ou mais eleitores, nos termos da Lei n.º 29/87, de 30 de Junho, sendo aquela gratificação isenta de tributação.

No ano em curso a referida gratificação corresponde a € 76,32 (setenta e seis euros e trinta e dois cêntimos), sendo as verbas em causa transferidas pela Direcção Geral da Administração Interna (DGAI) para as câmaras municipais.

Neste Município irão funcionar no próximo acto eleitoral do dia 23 de Janeiro, e 13 de Fevereiro, na eventualidade de realização de segundo sufrágio, sete mesas eleitorais, cada uma constituída por cinco membros, pelo que o total da verba a processar em gratificações ascende a € 2.671,20 (dois mil, seiscentos e setenta e um euros e vinte cêntimos), correspondendo € 381,60 a cada mesa eleitoral.

Tem sido prática nesta Câmara Municipal, desde que aquelas funções passaram a ser remuneradas, transferir as verbas recebidas da DGAI para as Juntas de Freguesia para estas procederem ao pagamento das gratificações aos respectivos membros das mesas eleitorais.

Decorre da experiência de actos eleitorais anteriores, que a transferência das verbas pela DGAI envolve alguma morosidade.

Assim, tendo em vista possibilitar que as referidas gratificações sejam processadas e pagas, em tempo oportuno, aos membros das mesas eleitorais, decido, dada a urgência, ao abrigo do n.º 3 do art.º 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção actual, autorizar a antecipação da transferência (corrente), para cada uma das Juntas de Freguesia do Município, da importância de € 381,60 (trezentos e oitenta e um euros e sessenta cêntimos), para estas procederem ao pagamento das referidas gratificações aos membros das mesas eleitorais logo após o acto eleitoral do próximo dia 23 de Janeiro.

O presente despacho deverá ser presente à próxima reunião camarária ordinária do próximo dia 20 de Janeiro, para efeitos de ratificação.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade ratificar o Despacho do Sr. Presidente. -----

Acta N.º 02/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	227

----- **b) Abertura de concurso público local para atribuição de fogos municipais de habitação social** – Proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 13.01.2011.-----

----- Foi presente à reunião proposta datada de 13 de Janeiro do Sr. Presidente da Câmara, para abertura de concurso público local para atribuição de fogos municipais de habitação social, oportunamente remetida à Vereação, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) De harmonia com o disposto no n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Fogos de Habitação Social em Regime de Renda Apoiada publicado pelo Edital n.º 1.049/2010 na 2.ª Série do Diário da República n.º 207, de 25 de Outubro de 2010, sempre que existirem habitações sociais disponíveis a Câmara Municipal deverá proceder à abertura de concurso pelo prazo de 30 dias úteis;

b) Se verifica haver, de momento, quatro habitações sociais disponíveis (habitações unifamiliares), na Vila e Freguesia de Vila Nova de Paiva, com a tipologia e localização seguintes:

- um T1, na Travessa Dr. Adelino Amaro da Costa, n.º 6;*
- um T1, na Rua José Martins, n.º 28;*
- um T3, na Rua Outeiro do Facho, n.º 42;*
- um T4, Rua Outeiro do Facho, n.º 6.*

Assim, em conformidade com o disposto no n.º 1 do art.º 9.º do referido Regulamento Municipal, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, que delibere:

1.º) Autorizar a abertura de concurso público local para atribuição das referidas habitações sociais actualmente disponíveis, que obedecerá às normas disciplinadoras constantes do referido Regulamento Municipal.

2.º) Aprovar o Programa do Concurso anexo e respectivo Edital de abertura do concurso;

3.º) Designar a Comissão de Avaliação prevista no Programa do Concurso, com a seguinte constituição:

- Presidente: Dr. Paulo Diamantino de Almeida Ramos, Técnico Superior;*
- Vogais Efectivos: Dr.ª Virgínia Raposo Santos, Técnica Superior, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, e Dr.ª Margarida Sofia de Matos Dias, Técnica Superior;*
- Vogais Suplentes: Jorge Manuel Clara de Carvalho, Coordenador Técnico, e Regina Almeida Ramos, Coordenadora Técnica.”*

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe os documentos anexos à mesma, bem como a composição da Comissão de Avaliação proposta.

----- APROVAÇÃO EM MINUTA -----

----- A presente acta foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- ENCERRAMENTO -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião. Eram onze horas dez minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente da Câmara, e por mim que a secretariei. -----